

**XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE**

**1. Dados da Reunião**

Data	Hora início	Hora término	Local
08/08/2022	14:23	15:58	Auditório TJBA

**2. Pauta**

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Resultado da 1ª Semana de Sentenças e Baixas
04	Deliberação Calendário Fixo para Semana de Sentenças e Baixas
05	Eventos sobre Metas e Resultado da PIME 2023
06	Indicadores Nacionais
07	Metas Nacionais
08	Indicadores Estratégicos 2021-2026
09	Homologação dos Manuais
10	Apresentação entregas Parciais Projeto Unicorp
11	Proposta de Iniciativa para Portfólio Estratégico – CAPG – Justiça para Todos
12	Apresentação do Portfólio de Projetos Estratégicos
13	Encerramento

**3. Participantes**

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	<b>Des. Nilson Soares Castelo Branco</b>	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	<b>Desa. Gardênia Pereira Duarte (representada por Dr. Humberto Nogueira)</b>	1ª Vice-Presidência	
03	<b>Desa. Márcia Borges Faria (Representada por Dr. Freddy Pita Lima)</b>	2ª Vice-Presidência	
04	<b>Des. José Edivaldo Rocha Rotondano</b>	Corregedoria Geral da Justiça	
05	<b>Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior</b>	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	<b>Des. Mário Augusto Albiani Alves Júnior (Representado por Dr. Paulo Roberto)</b>	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	<b>Juiz de Direito Ícaro Almeida Matos</b>	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	
08	<b>Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho</b>	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	<b>Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud</b>	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	<b>Des. Cynthia Maria Pina Resende</b>	Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição	
11	<b>Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios</b>	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
12	<b>Tuany Silva Andrade</b>	Chefia de Gabinete da Presidência	
13	<b>Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima</b>	Secretaria-Geral da Presidência	
14	<b>Pedro Lúcio Silva Vivas</b>	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
15	<b>Fabício Nascimento Ferreira</b>	Secretaria de Administração	
16	<b>Marcos Vinicio Brasil Alcântara</b>	Secretaria Judiciária	
17	<b>Janaína Barreto de Castro</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas	
18	<b>Ricardo Neri Franco</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
19	<b>Fernanda Pinto Dantas Braga</b>	Controladoria do Judiciário	
20	<b>Viviane da Anunciação Souza</b>	Diretoria de Primeiro Grau	
21	<b>Moisés Bisesti de Queiroz</b>	Assessoria de Comunicação	

## XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE

### 4. Abertura

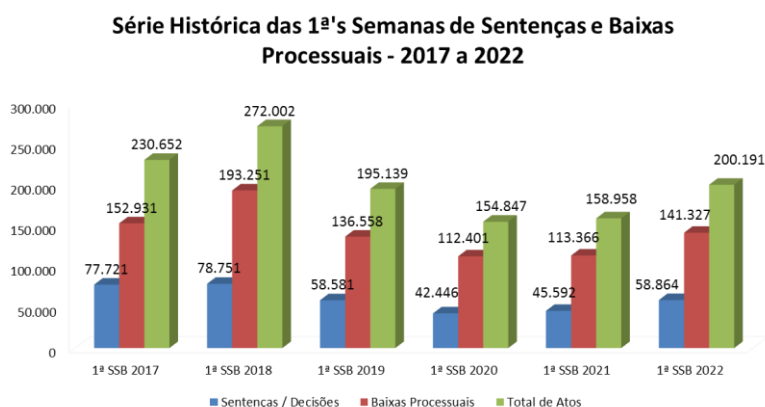
O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Bahia, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, cumprimentou a todos, anunciou o início da XXII Reunião de Análise da Estratégia e passou a palavra ao Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas.

### 5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo da XXII Reunião de Análise da Estratégia. Após a leitura e sem nenhuma consideração dos membros do CGov a ata foi aprovada.

### 6. Resultado da 1ª Semana de Sentenças e Baixas

Pedro Vivas apresentou os resultados da 1ª Semana de Sentenças e Baixas conforme gráfico abaixo:



O Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco parabenizou os magistrados e servidores pelo resultado, que superou os números de 3 anos anteriores.

### 7. Deliberação Calendário Fixo para Semana de Sentenças e Baixas

O Corregedor Geral da Justiça, Des. José Edivaldo Rocha Rotondano, cumprimentou a todos e propôs o estabelecimento de calendário fixo para a realização das Semanas de Sentenças e Baixas. O desembargador propôs que, para efeito de melhor organização das unidades judiciais, seja definido calendário fixo para a realização das Semanas de Sentenças e Baixas.

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, ponderou que as sentenças e as baixas são atividades rotineiras, considerou que, por experiência em outros municípios, tais como Semana de Conciliação, havia represamento de processos nos períodos que antecediam à realização das Semanas de Conciliação – fenômeno que pode ocorrer caso seja fixado um calendário para as Semanas de Sentenças e Baixas.

O Desembargador Edivaldo Rocha Rotondano interveio afirmando que a consciência de cada magistrado não deve permitir que haja o ato de represar processos, visto que se trata de sua atividade principal, inclusive cobrada pelo CNJ. Entretanto, caso, os números verificados pela Seplan demonstrem que esse fenômeno existe, é importante que sejam tomadas providências para que não mais ocorra.

Pedro Vivas encerrou sua colaboração no debate afirmando que não há como prever se haverá o represamento de

## XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE

---

processo caso seja aprovado o calendário fixo, mas que será um aprendizado para todos os envolvidos.

Desembargador Edivaldo Rocha Rotondano acredita que, caso ocorra, devem ser casos pontuais, que serão estudados isoladamente não permitindo que o planejamento das demais unidades para a realização das Semanas de Sentenças e Baixas seja prejudicada.

O Presidente Nilson Soares Castelo Branco abriu a palavra para os demais participantes.

Desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud acrescentou que as unidades precisam informar a realização das Semanas de Sentenças e Baixas ao CNJ e registrou sua preocupação no que tange aos processos que não são baixados em razão de existirem custas remanescentes.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, informou que durante as Semanas de Sentenças e Baixas é dado uma determinação para que esses processos tenham prioridade na fila da Central de Custas Remanescentes e se proceda à baixa posterior. O Secretário acrescentou que as unidades precisam despertar para a importância do recolhimento das custas, não como mais uma obrigação dentre as suas atribuições, mas como algo que custeia os investimentos do Tribunal. Além disso, a Central de Custas não possui estrutura suficiente para abarcar todos os procedimentos de recolhimento, sendo mais uma razão para que as próprias unidades realizem essa atividade. O Secretário ressaltou que a criação de um único setor responsável pelo recolhimento das custas criará um entrave para a arrecadação, visto que todo o primeiro grau encaminhará seus processos com recolhimento de custas para um único local, que não contará com pessoal suficiente para assumir toda a demanda. Ademais, estaremos fomentando as unidades a não realizarem qualquer recolhimento e encaminharem diretamente para a Central.

Franco Bahia lembrou que já foi feita a capacitação com os servidores das unidades judiciais sobre Custas e Custas Remanescentes, está sendo feita campanha de sensibilização dos servidores com relação à relevância do recolhimento das custas, e também é enfatizado junto à OAB o tema da banalização da gratuidade judiciária. Entretanto, o mais importante é conscientizar as unidades judiciais quanto ao recolhimento desse recurso que compõe o investimento do TJBA.

O Desembargador Edmilson Jatáhy Fonseca Júnior considera que a existência de uma Central de Custas seria importante, pois, exatamente em razão da pouca quantidade de servidores, principalmente nas comarcas do interior, a atividade de recolhimento de custas compromete a atividade principal das unidades judiciais. O Corregedor acredita que uma central de custas eficiente seria uma solução para os processos que estão parados em razão das custas e não há como realizar essa atividade nas unidades.

Desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud sugeriu a realização de semanas de Recolhimento de Custas antes das Semanas de Sentenças e Baixas, pois concorda com o Secretário Franco Bahia, que a atividade de recolhimento de custas está dentre as atribuições das unidades.

Desembargador Edmilson Jatáhy Fonseca Júnior considera que realizar semana para recolher custas prejudicaria a prestação jurisdicional.

## XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE

O Secretário Geral da Presidência informou que já houve a experiência da semana de Recolhimento de Custas. Franco Bahia pontuou que, sempre que pode centralizar atividades acessórias à prestação jurisdicional, isto é feito, a exemplo da digitalização dos processos e Secretaria Virtual. Considera inclusive que proporciona maior controle por parte da Administração. Ressaltou que a Central de Custas tem recebido reforços de pessoal, como a inclusão de estagiários de pós-graduação, porém é obrigação legal das unidades fazer o recolhimento das custas, não sendo viável a retirada desta atribuição. De todo modo, o Secretário colocou seu ponto de vista a título de análise do CGOV, bem como de seu Presidente. Lembrou ainda que o projeto Recolher Legal instituiu um mês a cada ano para a realização da campanha de Recolhimento de Custas Remanescentes.

A deliberação sobre a instituição de um calendário fixo para a realização das Semanas de Sentenças e Baixas foi aprovada pelo CGov , sendo mantida a data que já havia sido aprovada, pelo mesmo CGov: de 17 a 21 de outubro de 2022.

### 8. Eventos sobre Metas e Resultado da PIME 2023

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, informou a realização dos eventos que abordam as Metas Nacionais para 2023, bem como a Governança do PJBA.

Sobre a Consulta Pública que abordou Metas Nacionais, realizada em conjunto com todos os Tribunais Estaduais feita no período de 30/06 a 18/07/22, o Secretário exibiu os resultados em gráficos.

### 9. Indicadores Nacionais

Foram apresentadas as projeções para 2022 dos seguintes indicadores: casos novos, processos baixados, casos pendentes, índice de atendimento à demanda, índice de produtividade dos magistrados e taxa de congestionamento do PJBA.

### 10. Metas Nacionais

Pedro Vivas apresentou os números relativos às Metas Nacionais, ressaltando que precisarão ser revistos, por, diante da análise do Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística (NEGE), não corresponderem ao historicamente observado.

### 11. Indicadores Estratégicos 2021-2026

Sobre os indicadores do Plano Estratégico 2021-2026, o Secretário de Planejamento e Orçamento informou o período de apuração do primeiro semestre de 2022 e uma média percentual de 67,78% de realização dos indicadores no período.

Sobre o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, Pedro Vivas lembrou os compromissos nele estabelecidos e os percentuais de execução para cada um deles, perfazendo um avanço total de aproximadamente 40% do estabelecido no PPA, até 1º de agosto.

## XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE

### 12. Homologação dos Manuais

Pedro Vivas lembrou que foram encaminhadas aos membros do CGov as versões digitais dos manuais de Gestão de Projetos e de Operações do EPPE, para que fossem homologadas naquela data.

As versões foram homologadas por unanimidade pelo CGov.

### 13. Apresentação entregas Parciais Projeto Unicorp

A servidora Maria José Oliveira apresentou as seguintes entregas parciais do projeto de implantação do Sistema Integrado de Gestão Educacional da Unicorp.

ENTREGAS PARCIAIS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS		
NOME DA UNIDADE: UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UNICORP		
PROJETO: Sistema Integrado de Gestão Educacional da UNICORP		
<b>PATROCINADOR:</b> Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior – Diretor-Geral da UNICORP	<b>DEMANDANTE:</b> Marcus Vinícius Fernandes dos Santos – Secretário Geral da UNICORP	<b>GERENTE DO PROJETO:</b> Maria José Oliveira – Assessora da UNICORP
<b>ENTREGAS/DATAS:</b> 1. Delimitação das funcionalidades do Sistema concluída – 23/05/2022; 2. Pesquisa de Sistemas Concluída – 02/08/2022.	<b>BENEFÍCIOS:</b> - Compilação das funcionalidades necessárias de gestão administrativa e ambiente virtual de aprendizagem, para fins de aquisição do novo Sistema de Gestão Educacional da UNICORP; - Emissão de relatório constando os Sistemas educacionais utilizados pelas demais Escolas Judiciais do país, que apontou a inviabilidade de celebração de Termo de Cooperação Técnica entre os Tribunais, indicando a necessidade de iniciar procedimento licitatório para aquisição do Sistema Integrado de Gestão Educacional da UNICORP.	

### 14. Proposta de Iniciativa para Portfólio Estratégico – CAPG – Justiça para Todos

Antes da defesa do projeto pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, o Corregedor das Comarcas do Interior, Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior observou que a CCI apresentaria um projeto de objeto semelhante, no entanto, como as ações do projeto da CAPG já haviam sido iniciadas, o Corregedor, em consenso entre sua equipe e a da CAPG declinou da apresentação do projeto, parabenizou a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende e colocou-se a disposição para colaborar com as ações do projeto. Sugeriu que, de forma a acrescentar melhoria ao escopo, os Termos de Cooperação poderiam ser celebrados não apenas com as Prefeituras, mas também com qualquer estabelecimento que possua acesso à internet, a exemplo, escolas ou outros órgãos públicos.

O Presidente Des. Nilson Soares Castelo Branco parabenizou os desembargadores titulares da CCI e CAPG, Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior e Des. Cynthia Maria Pina Resende respectivamente, e aproveitou para celebrar também o Mutirão dos Oficiais de Justiça capitaneado pelas Corregedorias da Capital e do Interior.

Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior agradeceu ao Presidente do TJBA e confirmou que estão sendo feitas audiências e mutirões com o objetivo de sanar as pendências encontradas. Agradeceu também ao Corregedor Geral da Justiça pelas atividades realizadas em parceria com a Corregedoria das Comarcas do Interior.

Desa. Cynthia Maria Pina Resende apresentou o Projeto Justiça para Todos informando tratar-se de continuidade de ações relacionadas ao projeto de Implantação do Juízo 100% Digital que contempla a existência de salas passivas para

## XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE

o jurisdicionado. A princípio as salas passivas seriam apenas nos fóruns, no entanto a legislação ampliou a instalação mesmo em municípios onde não haja unidade judiciária, com a celebração de Termos de Cooperação com as prefeituras. A magistrada apresentou os itens do projeto:

**NOME DA UNIDADE:** *Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição*

**ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:** *Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional*

**INICIATIVA DEFENDIDA:** *IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA JUSTIÇA PARA TODOS*

**JUSTIFICATIVA:** *Na Bahia, dos 417 municípios, somente 203 são sede de comarca, restando 51% (cinquenta e um por cento) de municípios sem sede do Poder Judiciário. A instalação e a manutenção de comarcas em todos os municípios baianos é financeiramente inviável para o TJBA. Os moradores dos municípios que não são sede do Poder Judiciário e que não têm equipamentos de informática ou acesso à internet, necessitam se deslocar até a sede da comarca para utilizar o serviço judiciário.*

**OBJETIVO SMART:** *Instalar o primeiro Ponto de Inclusão Digital do Programa Justiça para Todos, em município a ser definido, até 30 de Setembro de 2022 e Lançar o Programa de instalação de Pontos de Inclusão Digital em 100% dos municípios do Estado da Bahia que não são sede de comarca e que aderirem ao Programa.*

**BENEFÍCIOS:** *Assegurar o acesso à Justiça a quem não pode se deslocar até a sede da Comarca e a quem se encontra em situação de vulnerabilidade digital; Contribuir para a celeridade dos atos processuais e a duração razoável dos processos; Aproximar o Poder Judiciário da população; Economia para o erário com a redução dos custos com deslocamento dos municípios.*

**CUSTO ESTIMADO: R\$ 144.167,84 (Total)**

- 1 - Estimativa Custo Pessoal Próprio Alocado - R\$ 126.417,84
- 2 - Estimativa de custo de TI - R\$ 7.500,00
- 3 - Estimativa de Treinamento - R\$ 6.000,00
- 4 - Estimativa de Custo de Diárias - R\$ 4.250,00

**AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** SEAD/SETIM/SEGESP

Desa. Cynthia Maria Pina Resende informou que 11 prefeituras já haviam se mostrado interessadas em firmar os termos de cooperação para instalação dos Pontos de Inclusão Digital. A magistrada reforçou que, mesmo sendo gerenciado pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, o projeto Justiça para Todos é do TJBA, é de todos os integrantes do Tribunal e contará com o apoio de toda a Mesa Diretora. Finalizou agradecendo e submetendo o projeto à aprovação do CGOV.

Des. Edmilson Jatáhy Fonseca Júnior sugeriu a inclusão dos convênios também com zonas eleitorais, com apoio da Justiça Eleitoral além dos demais órgãos públicos. Além de buscar apoio, caso as prefeituras não tenham interesse, com presidentes das Câmaras Municipais.

O Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco, ressaltou a importância da tecnologia na prestação jurisdicional e que a Mesa Diretora vem envidando esforços para que cada vez mais novas ferramentas e tecnologias sejam implementadas.

O Projeto Justiça para Todos foi aprovado por unanimidade para integrar o portfólio de projetos estratégicos.

### 15. Apresentação do Portfólio de Projetos Estratégicos

Pedro Vivas reforçou a informação sobre a necessidade da inclusão dos projetos na ferramenta institucional. Tal ação viabiliza o acompanhamento das atividades que estão sendo realizadas, principalmente nos projetos estratégicos. Passou a palavra à Coordenadora do Escritório de Projetos e Processos Estratégicos, Cristina Cunha.

A Coordenadora demonstrou a situação geral do portfólio e especificamente dos projetos em execução.

## XXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXII RAE

---

Sobre os projetos em execução, foram sinalizados os projetos que estavam dentro do prazo de execução, com atraso e adiantados.

Cristina Cunha abriu a palavra aos representantes das Unidades caso quisessem se manifestar.

O Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Ricardo Franco, manifestou-se acerca do projeto de Aprimoramento da Gestão e Fiscalização da Arrecadação, que englobava inicialmente a criação de dois sistemas. Um deles foi entregue e o remanescente está com previsão de entrega em 31/10/22. Quanto ao Termo de Cooperação firmado com o STJ, o Secretário afirmou que o TJBA já está com o código fonte do sistema para o mapeamento das demandas repetitivas e será totalmente implementado até fevereiro de 2023.

O Secretário Pedro Vivas informou que a pauta da RAE foi totalmente cumprida.

### 16. Encerramento

O Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco, franqueou a palavra aos participantes. Não havendo manifestação, o Desembargador declarou encerrada a XXII RAE.